



Fundação Osório

Revista Científica

A AÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E A INTELLECTUALIDADE NA VIDA DOCENTE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA A PARTIR DOS ANOS 1920

THE POLITICAL-PEDAGOGICAL ACTION AND INTELLECTUALITY IN TEACHING
LIFE: A HISTORICAL PERSPECTIVE FROM THE 1920S

Miguel Angelo Castelo Gomes¹

Leonardo Luís Costa e Silva Giorno²

¹Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-Rio e professor da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: maicongin@gmail.com

²Doutor em Educação pela PUC-Rio e especialista em Medidas Educacionais da Fundação Cesgranrio. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: leonardo.giorno@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar, em uma perspectiva histórica, alguns dos principais momentos, conceitos e personagens que moldaram a História da Educação Brasileira, a partir dos anos 1920. Para isto, as ideias de ação política e intelectualidade aparecem como uma possibilidade de interpretação da construção da identidade e prática docentes ao longo do tempo, variando-se a compreensão daqueles termos, de acordo com a transformação do contexto social, político, cultural e econômico de cada época. Neste sentido, ao final do texto, relacionamos tal perspectiva com o atual cenário educacional brasileiro, jogando luz sobre a intelectualidade e a ação pedagógica dos professores. Uma resposta a tal problemática permitirá compreender melhor uma percepção docente da questão, dado que as mobilizações em prol de reformas educacionais, se não bem formuladas, podem apresentar possíveis restrições à atividade docente e suas contribuições a partir da capacidade de pensamento crítico, tendo em vista que os professores, numa perspectiva reformista vigente, têm sido interpretados apenas como técnicos que reproduzem normativas elaboradas por autoridades distantes da vida cotidiana escolar, indicando assim sua exclusão no que diz respeito à análise crítica da reforma educacional.

Palavras-chave: História da educação brasileira; Intelectualidade; Ação político-pedagógica

ABSTRACT

The work aims to identify, from a historical perspective, some of the key moments, concepts, and figures that shaped the History of Brazilian Education from the 1920s onward. In doing so, the ideas of political action and intellectuality emerge as possible interpretations of the construction of teachers' identity and practice over time. The understanding of these terms varies according to the transformation of the social, political, cultural, and economic context of each era. Certainly! At the end of the text, we relate this perspective to the current Brazilian educational scenario, shedding light on the intellectualism and pedagogical action of teachers. Addressing this issue will provide a better understanding of the teacher's perspective, as poorly formulated educational reforms may impose potential restrictions on teaching activities and their contributions based on critical thinking. It is worth noting that, within the prevailing reformist perspective, teachers have often been interpreted merely as technicians who implement norms formulated by authorities distant from everyday school life, thus excluding them from critical analysis of educational reforms.

Keywords: History of Brazilian education; Intellectualism; Political-pedagogical action



Fundação Osorio

Revista Científica

INTRODUÇÃO

A história educacional brasileira, especialmente a partir da década de 1920, progrediu no que diz respeito à implantação de políticas voltadas ao desenvolvimento de um mecanismo legal-burocrático para o Brasil, além de, simultaneamente, ter-se constituído enquanto acervo histórico educacional (XAVIER et al, 2011). Há, neste contexto, o desempenho simultâneo do educador e do intelectual, em uma mesma pessoa, formulando políticas e registrando suas próprias ações e pensamentos, modelando assim suas próprias perspectivas históricas, como resposta às argumentações sobre diretrizes estatais a serem assumidas, em relação ao novo ordenamento político-institucional outorgado pela Proclamação da República, tendo em Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo seus idealizadores primordiais (XAVIER et al, 2011).

Em tal conjuntura, Anísio Teixeira defende uma perspectiva utópica que reafirma sua crença democrática e científica, ao passo que Fernando de Azevedo aponta a tarefa delegada ao dinamismo institucional educacional, científico e cultural, no desenvolvimento histórico brasileiro. Azevedo, em suas produções, molda a história educacional brasileira republicana enquanto monumento à memória dos pioneiros da educação nova, dando legitimidade às suas proposições em vistas do desenvolvimento de uma república moderna (XAVIER et al, 2011).

Integração entre teoria e práxis pedagógica

Em sua obra *A Cultura Brasileira*, de 1943, Fernando de Azevedo apresenta a perspectiva de uma organização intelectual que fornece significado histórico para a realidade, interpretando a cultura como critério fundamental para a compreensão do Brasil e possível resposta ao nosso atraso histórico-cultural. Analisando a sociedade brasileira, assim, ele destaca a cultura nacional, enquanto dimensão formativa também no que diz respeito às transformações da identidade do país e não somente de forma instrumental. Neste sentido, ainda segundo o autor, a escola aparece como um dos agentes de transmissão cultural, ou seja, enquanto dimensão relevante propagadora da cultura entre as gerações em uma sociedade (AZEVEDO, 2004).



Fundação Osório

Revista Científica

Em paralelo, quando se pensa em Anísio Teixeira, há uma dificuldade em separar sua atuação docente do seu engajamento político educacional, compreendidos enquanto discursos distintos produzidos historicamente por um mesmo sujeito, em suas perspectivas política, intelectual e docente (VIDAL, 2005). Foi justamente neste contexto que Anísio Teixeira, diretor geral do Departamento de Educação do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, através da assinatura do decreto 3.810, em 19 de março de 1932, criou a formação docente brasileira em nível superior, buscando valorizar a preparação do professor e sua profissionalização, através de uma recente pedagogia científica (VIDAL, 2005).

Com amparo legal inspirado em parâmetros da escola ativa, o Instituto de Educação promoveu uma experiência anteriormente já vivenciada, de certo modo, por outras reformas brasileiras em anos anteriores, mas que diferia dessas de maneira destacada, dado que a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional* aconteceu na mesma data em que era promulgado o decreto 3.810, tendo este aparecido naquele sob a forma de diversas sugestões. Buscando moldar a identidade dos professores, o ideário defendido pelo Instituto afirmava uma perspectiva profissional da formação docente, a partir do pensar a práxis pedagógica (VIDAL, 2005). Através de sua atuação política educacional e enquanto intelectual, Anísio Teixeira contribuiu para a construção de um novo espaço para a formação docente, integrando teoria e práxis, promovendo o diálogo entre a dimensão teórica e as questões do cotidiano, formatando, desta forma, uma identidade docente (VIDAL, 2005).

Desta maneira, ao mesmo tempo documento e monumento, a produção histórica destas figuras preponderantes, marcou uma discussão frutífera com os intelectuais envolvidos na construção interpretativa que tencionava compreender a complexidade nacional (XAVIER et al, 2011). O cenário de então apresentava forte viés autoritário, no tocante ao pensamento, delegando relevância ao papel estatal na Educação e denotando ideário elitista sobre a população do país, interpretado, majoritariamente, como sendo composta de analfabetos. Neste íterim, a Primeira República vê surgir o problema educacional envolto em um contexto político excludente daqueles considerados não instruídos e, portanto, inaptos a participar dos processos cidadãos, o que apenas



Fundação Osório

Revista Científica

poderá ser sanado mediante uma educação escolar universal. Este ponto de vista marca sobremaneira todo o projeto político-pedagógico dos pioneiros e, por conseguinte, sua maneira de escrever a *História da Educação Brasileira* (XAVIER et al, 2011).

Intelectualidade e ação político-pedagógica

Sob tal viés, em contrapartida, Florestan Fernandes pode ser interpretado como sendo elo de ligação entre as gerações antiga e nova pois, além da defesa do ensino universal, refletiu criticamente a respeito da função educacional em meio às transformações sociais em voga nos anos 50 do país, pensando as limitações da prática educacional em produzir saberes científicos, inaugurando, assim, uma matriz sociológica interpretativa da educação brasileira (XAVIER et al, 2011; NETTO; MACHADO, 2020). Nele, constata-se a imbricação entre militância política e a intelectualidade, traduzida em sua produção textual, ação política e argumentação em prol da educação pública, com a defesa da não possibilidade de separação das transformações social e educacional, dado que ambas são frutos da atividade política em um contexto de luta de classes (FRIGOTTO, 2020).

Com isso, Florestan destaca a existência de um processo histórico que, desde o fim da escravidão até a ampliação da ideologia capitalista, torna visível, na prática, uma modernização conservadora, onde antigas formas de gestão econômica não se atualizaram nem permitiram possibilidades outras, originando, com isso, uma discrepância econômica estrutural, tão enraizada e duradoura, que permitiu a criação de uma sociedade desigual (FRIGOTTO, 2020). Por conseguinte, a responsabilidade pelo atraso em nosso desenvolvimento enquanto país não deve, nesta perspectiva, ser imputada aos setores brasileiros ditos atrasados - por exemplo, àqueles com nível baixo de escolaridade -, mas sim a uma escolha burguesa que privilegia um projeto social formatado desde os inícios para se constituir a partir da criação da própria miséria (FRIGOTTO, 2020).

No que tange à Educação, há uma possibilidade de prosseguimento de uma propositura educacional assumida enquanto objeto científico, além da continuidade do ideário político que



Fundação Osório

Revista Científica

defendia a necessidade do ensino universal como condição *sinequa non* para a efetivação do empreendimento republicano. Foi neste contexto que Florestan Fernandes ganhou destaque, especialmente no âmbito da intelectualidade, ao padronizar analiticamente, de forma científica, a problemática da sociedade brasileira (XAVIER et al, 2011).

Florestan sugeriu que as Ciências Sociais poderiam ser periodizadas da seguinte forma, no tocante ao seu desdobramento: uma etapa pré-científica, seguida do estabelecimento das Ciências Sociais e, por fim, a etapa das pesquisas científicas, estabelecida a partir da segunda metade do século XX, determinando parâmetros históricos atualizados para as Ciências Sociais, que foram assumidos em pesquisas educacionais no Brasil, a partir da reforma universitária de 1968 (XAVIER et al, 2011).

Nesta perspectiva, o pensamento produzido pelos ditos pioneiros da Educação sofre um deslocamento para a etapa pré-histórica da evolução científica no campo de pesquisa, sendo seu papel político não mais destacado em sua originalidade, mas ao contrário, interpretado como um projeto pouco crítico e descontextualizado da realidade do país. A partir dessas circunstâncias, Florestan sintetiza novos ideários que, nos anos 50 e 60, pretenderam formatar novas matrizes interpretativas brasileiras, por meio da valorização cultural das classes dominadas, com inclusão das categorias populares na prática cidadã, denunciando preconceitos estruturais presentes nos fundamentos do ordenamento social do país e que se manifestam, quase sempre, de maneira oculta e excludente, em âmbito social (XAVIER et al, 2011).

Tal cenário foi criticado e a defesa da educação formal enquanto necessidade precípua para se construir de fato a democracia brasileira - tese esta levantada pelos pioneiros -, foi posta em questão. É sob este ponto de vista que Florestan denuncia o sistema educacional brasileiro como causa de atraso cultural, desconstruindo, assim, o discurso erigido no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que, em 1932, situava a Educação como peça chave da restauração nacional republicana (NETTO; MACHADO, 2020). Ele apresenta, em contrapartida, um desdobramento democrático nacional condicionado pela organização social em classes e que, na prática, limita as aspirações de integração e igualdade. Deste modo, deu-se efetivamente a construção de um sistema



Fundação Osório

Revista Científica

educacional formal, a partir de princípios democráticos, mas com funcionamento antidemocrático (XAVIER et al, 2011).

Em tal conjuntura, o educador passa a ser interpretado como aquele que, de forma pragmática, apenas reproduz formalmente aspectos educacionais e estruturais escolares, sem qualquer perspectiva crítica do contexto social mais amplo, não saindo de um ideário utópico que enxerga na escola uma base em potencial para a reestruturação democrática brasileira (XAVIER et al, 2011).

O pensamento de Florestan, de matriz sociológica, marcou toda uma geração que passou então a produzir uma nova forma de interpretar a Educação brasileira e sua história, agora entendidas também a partir dos condicionamentos político-econômicos encetados pela ideologia capitalista no desenvolvimento institucional escolar, especialmente no que diz respeito a aspectos sociais relacionados ao poder do Estado, em um período fortemente marcado pelo regime ditatorial em paralelo ao crescimento da pesquisa acadêmica no país, por meio da reforma universitária de 1968 (XAVIER et al, 2011).

Assim, formatou-se um padrão científico que, atrelado ao questionamento da desigualdade social brasileira, potencializou exponencialmente as matrizes interpretativas do cenário educacional no país, também como forma de resistir ao poder autoritário vigente. Teóricos como Marx, Althusser, Bourdieu, Passeron e Establet, neste cenário, gradualmente tornaram-se muito frequentes em estudos que buscavam compreender criticamente as instituições modernas, inclusive a escola, e seus nexos com o sistema capitalista, moldando uma matriz interpretativa da História Educacional brasileira em âmbito político-ideológico (XAVIER et al, 2011).

O papel do Estado na educação brasileira

Posteriormente, os estudos educacionais produzidos no país passaram a focalizar também cada vez mais o papel estatal enquanto aquele que provê, por meio de políticas educacionais, toda uma estrutura legal que viabiliza ratificar, na prática, a dominação vigente (XAVIER et al, 2011).



Fundação Osorio

Revista Científica

Assim, uma nova leitura da Escola Nova começa a ser produzida, sendo ela interpretada agora em contexto tecnocrático estatal, e suas lideranças assumidas enquanto meros instrumentos da burguesia dominante, com Dumerval Trigueiro Mendes aparecendo como um exemplo desta maneira de pensar a Educação nacional. Integrando ação política e intelectualidade, ele contribuiu para melhor compreensão de aspectos culturais, educacionais e intelectuais durante o governo militar, enquanto um docente-pesquisador valorizador da importância do conhecimento crítico, construído dialeticamente entre poder e saber formando uma geração de pesquisadores (FÁVERO, 2005).

Através de sua atividade pública, Dumerval gradualmente tornou-se um grande crítico da educação brasileira, no que tange seu sistema e gestão burocrática, elementos estes cada vez mais presentes e complexos em nosso processo histórico (FÁVERO, 2005).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, modificaram-se as problemáticas dos estudos em Educação dado que, em cenário mais amplo e em paralelo à redemocratização nacional, internacionalmente ocorreram outras transformações, tais como a crise socialista europeia e a globalização mercadológica, além de novos processos culturais, que demandam novas perspectivas e análises mais atualizadas a respeito das modificações em curso no capitalismo, permitindo assim possíveis respostas aos problemas colocados pelo cenário imposto a partir da década de 90 (XAVIER et al, 2011).

Neste ínterim, passa a ser configurada uma matriz interpretativa de cunho histórico-cultural, que fomenta estudos na busca por melhor entender uma historicidade educacional imbricada nas dimensões políticas e sociais, através de processos culturais. A partir deste momento, a releitura teórico-metodológica de Pierre Bourdieu e sua teoria social da reprodução, em publicações feitas entre os anos 80 e 90, se volta para a compreensão dos recursos que os grupos dominados mobilizam na investida por superar a sua condição desigual, fazendo uso de diferentes aspectos da vida cotidiana e não apenas através do enfrentamento sistemático (XAVIER et al, 2011).



Fundação Osorio

Revista Científica

No Brasil, foram diversas as formas de apropriação da produção intelectual deste sociólogo francês na área de pesquisa educacional, sendo a mais comum uma apropriação caracterizada por citações rápidas deste autor, notadamente de sua obra *A Reprodução*, especialmente nos anos 1970. Entre 1979 e 1983, entretanto, operou-se uma leitura dicotômica de *A Reprodução*, através da polaridade ‘reprodução *versus* transformação’, com maior exigência, desta feita, por fundamentos políticos na leitura do autor (CATANI et al, 2001).

Nos últimos 50 anos, a partir da reflexão crítica dos sistemas educacionais, proposta por Bordieu e Passeron, especialmente na obra *A Reprodução*, edição brasileira de Francisco Alves, 1975, e Ivan Illich, em *Sociedade sem escolas*, editora Vozes, 1973, não só a temática das reformas educacionais, sob o viés do fracasso, aparece desafiando a área de pesquisa educacional brasileira, mas igualmente a necessidade de se buscar novas matrizes teóricas interpretativas da Educação. Desta forma, novas opções metodológicas vêm sendo assumidas no campo de pesquisa educacional, modificando por consequência a sua práxis, com o intuito de maior aproximação do cotidiano escolar, ocorrendo também, por consequências, uma valorização de diversos agentes educacionais em suas práticas diárias (FILHO et al, 2004).

Tenta-se, assim, compreender as imbricações entre Estado e Sociedade e a função educacional escolar, com destaque aos mecanismos que permitem internalizar costumes e práticas no seio da escola e em contexto coletivo. Há o entendimento, pois, da existência de uma cultura escolar, um meio específico de operar o relacionamento social dentro da instituição escolar, o que conduziu a pesquisas sobre a história da metodologia de ensino e dos meios organizacionais escolares em distintos locais e tempos (XAVIER et al, 2011).

Historicamente, este debate emerge a partir dos anos 1970, com uma ideia de cultura que passa a ser compartilhada, ao menos no início, no interior do círculo de pensadores marxistas gradualmente mais reflexivos a respeito também da constituição social por meio da cultura, e não apenas como mero resultado de dinâmicas socioeconômicas. Esta preocupação acaba por atingir igualmente a área da Educação, que passa a reconhecer assim a importância da pesquisa sobre a cultura escolar (FILHO et al, 2004). No que diz respeito à pesquisa sobre professores, há tanto uma



Fundação Osório

Revista Científica

perspectiva valorizadora da distinção entre conhecimento docente e técnico quanto um viés que entende o professor enquanto operador criativo de mecanismos pedagógicos, à luz das leis regulamentadas (FILHO et al, 2004).

Em paralelo, verdade é que, se na década de 80, especialmente por certa interpretação das obras de Antonio Gramsci, ocorreu uma forte discussão na área da Educação a respeito da relação entre o compromisso político e a competência técnica educacional, levando a reflexão pedagógica brasileira ao engajamento político, contemporaneamente, dada a grande complexidade política, ocorre uma demanda por compreensões mais aprofundadas do pensamento gramsciano que dialoguem com uma nova forma de entendimento do compromisso político do educador, compromisso este já presente em toda ação pedagógica, e não necessariamente apenas a partir de uma adesão político-partidária (NOSELLA, 2005).

Assim, o contexto político brasileiro dos anos 80 oportunizou o debate - por vezes, polarizado - entre os que argumentavam por uma práxis pedagógica neutra e os que defendiam um comprometimento político intrínseco a toda ação pedagógica. O desenlace de tal controvérsia beneficiou o campo educacional brasileiro, uma vez que uma parte considerável das pesquisas educacionais no país assumiu como principal referência teórica os textos de Antonio Gramsci, o que levou a uma gradual diminuição na busca por um referencial teórico de cunho marxista-stalinista e a assunção de uma crítica ao didatismo tecnicista tradicional (NOSELLA, 2005).

Em tal conjuntura, a ideia de “educador” se sobrepõe à de “professor”, visto que a primeira relaciona-se à formação cidadã integral e a outra, simplesmente, à transmissão de práticas distintas, destacando-se, com isto, o necessário compromisso ético e político docente (NOSELLA, 2005). No entanto, mais recentemente, é fundamental um olhar mais crítico a respeito do real significado de compromisso político e competência técnico-pedagógica, pois apenas uma perspectiva ideológica de esquerda é insuficiente, no contemporâneo, para uma compreensão mais completa do cenário (NOSELLA, 2005).



Fundação Osório

Revista Científica

Faz-se necessário uma atitude política educadora que retome a importância do questionamento, na busca pelo real sentido de compromisso político aliado a uma competência técnica, cujo significado deve englobar uma conjuntura histórica e política mais ampla, enquanto processo gradual do desenvolvimento de uma cultura democrática que valoriza o pensamento crítico e a construção inclusiva, em detrimento a qualquer expressão de autoritarismo e abuso de poder (NOSELLA, 2005).

Por outro lado, atualmente, vigora em diversos países um discurso neoliberal condicionante das áreas econômica e governamental. Isso se reflete também no setor educacional, onde se tem o argumento da participação mínima do Estado em questões econômicas e se defende uma lógica de mercado (REIS; GONÇALVES, 2016). Nesse contexto, os governos que aderiram a tal lógica empreendem esforços significativos no sentido de promover reformas do sistema escolar, buscando aprimorar o capital humano. Na perspectiva de Young (2007), essas políticas muitas vezes são pautadas por um viés neo-conservador e autoritário no que diz respeito às políticas públicas em Educação. Tal estado de coisas provocou uma diminuição global crescente do lugar reservado até então às disciplinas humanistas, em detrimento a uma educação de cunho tecnicista que reduz processos formativos culturais mais amplos, priorizando uma formação pautada em valores pragmáticos de mercado (DALBOSCO, 2015).

No Brasil, tais políticas reformistas também são fundamentadas por um discurso gerencialista que se baseia na criação de sistemas de avaliação, no investimento em produção e distribuição de currículos mais detalhados, na responsabilização e no aumento de controle pedagógico nas escolas, ao mesmo tempo em que se observa um menor investimento na seleção e formação de professores (BATISTA et al, 2017; SINESPSP, 2016; MOREIRA; SILVA, 1994).

Este modelo organizacional foi adotado em nosso país na década de 90, impulsionado pelo recrudescimento da globalização econômica e pelo surgimento de uma regulação supranacional, trazendo consigo a disseminação do ideário político neoliberal (BATISTA et al, 2017), resultando em uma diminuição do entendimento do modelo estatal enquanto aquele que provê, de forma relevante, o desenvolvimento socioeconômico (FREITAS, 2014).



Fundação Osório

Revista Científica

Perspectivas atuais e caminhos para atividade docente

Neste diapasão, temos como exemplo fático as escolas da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-Rio), que reivindicaram por maior tempo de aula para as disciplinas de Filosofia e Sociologia, ao lado de outras pautas, entre março e junho de 2016, e também como forma de manifestação contra as condições cada vez mais precárias do cotidiano escolar (SILVA, 2019). Paralelamente a isso, uma vertente liberal econômica se tornava cada vez mais próxima de ideários afins ao Estado mínimo, em perspectiva neoliberal, cortando políticas públicas e incentivando privatizações, influenciando fortemente políticas que formataram, por exemplo, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e o Novo Ensino Médio (TEIXEIRA; HENRIQUE, 2022).

Desta maneira, a reforma curricular operada pela Lei 13.415/17 acabou por transformar profundamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº. 9.393 de dezembro de 1996, dando uma nova configuração ao Ensino Médio brasileiro, revogando inclusive a alteração da LDB 9.394/96 pela Lei 11.684 de 2 de junho de 2008, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional para inclusão da Filosofia e Sociologia como disciplinas curriculares obrigatórias do ensino médio. Além disto, a instituição da BNCC do ensino médio, aprovada no dia 8 de novembro de 2018 no Conselho Nacional de Educação, seguiu o mesmo protocolo para rápida aprovação, com pouco debate e acolhida dos questionamentos levantados por alguns setores da sociedade, repetindo a experiência da BNCC da educação infantil e do ensino fundamental, aprovada em dezembro de 2017 (BARROS, 2021).

A busca por apresentar caminhos para tal problemática permitirá compreender melhor uma percepção docente da questão, dado que as recentes mobilizações em prol de reformas educacionais que colocam em risco a atividade docente, vista com desconfiança e ignorada em relação à sua possível contribuição com base em sua experiência pedagógica e capacidade de pensamento crítico. Em uma concepção reformista vigente, os professores são interpretados apenas como técnicos que



Fundação Osório

Revista Científica

reproduzem normativas elaboradas por autoridades distantes da vida cotidiana escolar, indicando sua exclusão no que diz respeito à análise crítica da reforma educacional. No entanto, escolas não são meras reprodutoras objetivas de valores e saberes, mas espaços representativos de conhecimentos, práticas linguísticas e valores coletivos, selecionados, a partir de uma dimensão cultural mais ampla (GIROUX, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma breve perspectiva histórica da Educação Brasileira, delineada ao longo deste trabalho, e que tomou como base as ideias de intelectualidade e ação política como possível critério interpretativo da vida docente desde os anos 1920, corroborou-se, o pensamento de Nosella (2005), que defende a práxis pedagógica enquanto, intrinsecamente, uma ação política. Igualmente, restou evidenciado, no que diz respeito ao processo de implantação de políticas públicas educacionais no Brasil, a necessidade da valorização dos professores enquanto protagonistas críticos deste processo, em sua intelectualidade e ação política.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1958. BALL, S. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. In: **Revista Portuguesa de Educação**. Universidade do Minho. 2002.
- BARROS, Rafael de. Uma análise da Lei 13.415/17: o novo Ensino Médio e o lugar da Filosofia no Currículo. **REFilo Revista Digital de Ensino de Filosofia**, Santa Maria, v. 7, p. 1-22, dez.2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/67426>. Acesso: 07/05/2023
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes et al. Políticas para o ensino médio: o caso de quatro estados. **Cadernos Cenpec Nova Série**, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/359>. Acesso em 26/05/2023.



Fundação Osório

Revista Científica

BAZZANELLA, S.L.; JUNKES, J.D; BAZZANELLA, S.E.P. A Base Nacional Comum Curricular: potencialidades e limites no ensino de filosofia. **Revista Húmus**. Santa Catarina, 2021. Disponível em: <<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/17399>> Acesso em: 10 jun. 2023.

CATANI, A.M. et al. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. **Revista Brasileira de Educação**, Maio/Jun/Jul/Ago 2001 Nº 17. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qQmH5t7HNQR6Mp9dm3YkfwQ/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 02 jul. 2023.

DALBOSCO, C. A. Educação Superior e os Desafios da Formação para a Cidadania Democrática. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/2169>. Acesso em: 7 maio. 2023.

FARIA FILHO et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan.2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/gWnWZd8C5TsxsYC7d6KzbTS/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 02 jul.2023.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Durmeval Trigueiro Mendes e sua contribuição à pós-graduação em educação. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2005, n.3 ,pp.36- 46. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gyxdG4pLVMVjhP96NTyND6F/?lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2023.

FERREIRA, N. **A articulação de políticas e atores para uma implementação da reforma do ensino médio no Estado do Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Educação): Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 122. 2020.



Fundação Osório

Revista Científica

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais na educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**, v. 35, n. 139, p. 1085-1114, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 26/05/2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “O desafio educacional” de Florestan Fernandes. **Revista Desenvolvimento e civilização**, p.25-35, jun. 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/56728>>. Acesso em 02 jul. 2023. GIROUX, H. – Rumo a uma nova sociologia do currículo. GIROUX, H. – **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MELLO, Guiomar Namó de. **Magistério de 1º. Grau da competência técnica ao compromisso político**. São Paulo: Cortez, 1982.

MOREIRA, H. A.; MOURA, F.; TEIXEIRA, P. Homeschooling, ensino de controvérsias e o novo conservadorismo brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, p. e09693, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/9693>. Acesso em: 26 maio. 2023.

MOREIRA, A. F. e SILVA, T.T. (orgs). **Currículo, Cultura e Sociedade** – São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, M.B.; MACHADO, M.C.G. A militância de Florestan Fernandes em defesa da escola pública brasileira (1954-1964). **Revista de Educação Pública**, v.29, p. 1-17, jan-dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/8517/pdf>>. Acesso em: 02 jul.2023.

NOSELLA, Paollo. Compromisso e competência técnica 20 anos depois. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 223-238, Jan./Abr. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/J8wr9DBrz49QQ3C7d5jyq6h/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 02 jul.2023.



Fundação Osório

Revista Científica

REIS, Graça; GONCALVES, Rafael Marques. Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica: dilemas, embates e pontos de vista. **Sér.-Estud.**, Campo Grande, v. 25, n. 55, p. 155-180, set. 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-19822020000300155&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 maio 2023.

SAS EDUCAÇÃO. Bate-papo com Guiomar Namó de Mello e Ademar Caledônio. YouTube, 23 de Agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ai763js2iEk>>. Acesso em 26/05/2023.

SINESPSP. Fórum 2016 Prof Luiz Carlos de Freitas – Tema: Currículo. YouTube, 12 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Hv9Ro92V7XM>>. Acesso em: 26/05/2023.

SILVA, Graciella Fabrício da. As ocupações de escolas da Rede Estadual do Rio de Janeiro (2016). **REFiló Revista Despierta**, Curitiba, ano 6, n. 6, jan.-dez. 2019. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rd/article/view/1237>. Acesso: 07/05/2023

SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, São Paulo, USP, 2004.

SOUZA, L.N.; EUGENIO, B.; PEREIRA, S.M.C. A reforma do ensino médio no estado da Bahia e o ensino de Educação Física: o contexto da produção de texto. **Revista Educação por Escrito**. Porto Alegre, v.13, n.1, p.1-13. jan.-dez. 2022. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/43681>> Acesso em: 10 jun. 2023.

TEIXEIRA, Pedro; HENRIQUE, Adrian. O novo conservadorismo brasileiro e a Educação: mapeando suas linhas de força. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*. Vol. 30, n. 89. 2002.

TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. **O planejamento educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.



Fundação Osório

Revista Científica

VIDAL, D.G. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educ.Pesqui.** São Paulo, v.39, n.3, p. 577-588, jul./set. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/L9NXYsJMYvyRSvPfPxZRgSq/>> Acesso em: 02 jul. 2023.

VIDAL, D.G. Anísio Teixeira, professor de professoras: um estudo sobre modelos de professor e práticas docentes (Rio de Janeiro, 1932-1935). **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v.5, n.16, p. 293-314, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116175018.pdf>> Acesso em: 02/07/2023.

XAVIER, Libânia. Matrizes interpretativas da história da educação no Brasil republicano. In XAVIER, Libânia; TAMBARA, Elomar; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira (org.). **História da educação no Brasil: matrizes, interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI**. Vitória: EDUFES, 2011. P. 19-43.

YOUNG, M. Para que servem as escolas?. **EducSoc.**, Dez 2007, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302.